



SELEÇÃO NATURAL CONTEMPORÂNEA

(CENÁRIOS E DESAFIOS DA SOCIEDADE MODERNA)

JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA*

Como ensinava o saudoso filósofo Luiz Sergio Sampaio, as análises e avaliações eficazes das relações Sujeito/Objeto permitem identificar tanto os problemas conjunturais simples e aparentes de superfície como os reflexos e causas das profundas e complexas questões estruturais. Com incrível habilidade, demonstrava as características subjetivas e objetivas dos planos na estrutura social, representadas pelo conjunto das relações Socioculturais, Sociopolíticas e Socioeconômicas entendidas, respectivamente, como *estruturas do Saber, do Poder/Ordem e do Fazer*. Ao combinar essas relações entre si, é possível entender os processos de aprendizagem e desenvolvimento cultural (Teoria do Conhecimento), da evolução técnica e inovações (Ciência & Tecnologia), e da produção/concretização efetiva dos empreendimentos (Atividades Econômicas).

Tudo isso permite concluir que as estruturas econômicas se derivam das relações culturais do conhecimento e sociopolíticas da capacidade de os grupos se organizarem para o desenvolvimento, desmentindo assim o sofisma do *determinismo econômico* – manobra para impor o poder e influenciar os grupos dominados visando neutralizar ou inibir sua autorrealização ou evolução, a qual se condiciona apenas à otimização de suas estruturas de EDUCAÇÃO/CULTURA, o que é vital e imprescindível a todas as formas de progresso individual ou coletivo. As análises dos novos cenários mundiais explicitam questões relevantes para reflexão,

em especial os atuais desafios dos mercados globalizados e seus paradigmas nas relações sociais, como as inconsistências geradas pela própria evolução tecnológica e pelas distorções do monopólio/prevalência das relações financeiras sobre as demais estruturas econômicas. Os recentes panoramas de constantes crises de solvência financeiras refletem efeitos colaterais da evolução científica que ao promover excelente crescimento nos meios de produção e relação capital/trabalho, com exponencial expansão nas taxas de longevidade/sobrevida das pessoas, exige também permanente busca por melhores perspectivas de sua maior segurança, bem-estar e qualidade de vida.

Para se avaliar melhor essas questões, outra reflexão também pertinente seria analisar a lógica de conceitos filosóficos e econômicos ligados ao tema, tais como: por centenas de anos idolatramos as ideias de Adam Smith que fundamentam as teorias econômicas liberais, afirmando: “*a melhor forma de cada um contribuir, ao máximo, para a sociedade é se dedicar inteiramente a si próprio*”. Muitos eram os protestos de pensadores intervencionistas socialistas, estruturalistas e outros, mas sem argumentos lógicos consistentes e capazes de se contrapor à tese do *Deus do Liberalismo*, que somente seria derrubada pelo *Prêmio Nobel John Nash*, na década de 90. Esse matemático demonstrou que a equação liberal estava errada e incompleta restando, então consagrada, como sendo: “*a melhor*

forma de cada um contribuir, ao máximo, para a sociedade é se dedicar inteiramente a si próprio e aos outros”. (grifamos).

Ao definirem suas estratégias de desenvolvimento, os grupos sociais quase sempre se vêm diante de uma aparente dicotomia entre as opções pelos *MODELOS estruturais socialistas ou liberal-capitalistas*. Na verdade, o dilema é falso, pois ambos oferecem sistemas, teoricamente, coerentes e viáveis, com princípios lógicos e consistentes. Porém, até então, não conseguiram a eficácia prática adequada e necessária para propiciar bem-estar e prosperidade estáveis aos grupos que os adotam, sem as incoerências das condenáveis e indesejadas injustiças sociais. Vale dizer, tanto os resultados econômicos no modo de produção socialista como o real atendimento às legítimas aspirações e necessidades sociais, no processo de apropriação capitalista, representam apenas desejos utópicos das elites no poder que talvez tenham se tornado obsoletos e descartáveis em sua essência e inutilidade concreta, induzindo os *MODELOS* modernos a adotarem *sistemas mistos*.

Essas considerações ilustram muito bem o tema central deste trabalho, pois assim como existe quase unanimidade em relação aos ganhos com o alinhamento dos mercados, a par de sua tecnologia altamente sofisticada e necessária à competição e qualidade dos produtos, seu processo individualista inibe qualquer preocupação solidária capaz de reverter essas melhorias de qualidade técnica em prol do cidadão comum.

Nesse sentido, o fantástico mundo globalizado, espaço real de aspectos altamente positivos, representa também enormes riscos e dificuldades pela omissão ou conivência dos poderes constituídos que ignoram ou desprezam suas causas e efeitos negativos, principais fatores de deterioração das relações e estruturas sociais e ambientais. Tal processo sinaliza com perspectivas futuras complexas e sombrias podendo, a rigor, até mesmo se apresentar como forma moderna de *seleção natural entre os seres humanos*.

A principal finalidade deste trabalho é estimular os debates sobre essas questões, bem como sensibilizar os setores envolvidos e interessados em sua solução, enquanto aborda: Introdução; i) Evolução Tecnológica & Mercados Globais; ii) Seleção Natural na Modernidade, e iii) Experimentos e Reflexões Preliminares, sintetizando alguns estudos e pesquisas relativos ao tema.

1 EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA & MERCADOS GLOBAIS

Um dos aspectos mais relevantes a se observar na evolução das relações socioeconômicas é a chamada interação *CIDADE/CAMPO* – obstinada e incessante busca do homem por fontes e recursos de suprimentos. Nessas trocas, os centros urbanos e desenvolvidos carecem de fontes naturais de suprimentos primários enquanto os grupos fora deles, tidos como *pouco evoluídos*, demandam conhecimento científico tradicional e facilidades tecnológicas, bens de produção ou de consumo duráveis e serviços cada vez mais sofisticados.

Assim tem sido desde os primórdios das civilizações, ao tempo das cavernas, do invento da roda e descoberta da pólvora, da máquina a vapor e da revolução industrial, agravando-se as sucessivas crises sociais, ao se esgotar a expansão da procura por força de trabalho, na transição para a sociedade pós-industrial. O processo evoluiu e passou pela mecanização da agricultura, automação da indústria e o salto da teleinformática nos serviços, concluindo-se esse ciclo de expansão relativa na criação de postos de trabalho, comparada ao crescimento populacional, culminando com a conseqüente explosão dos chamados “inempregáveis”, sucateados ou excluídos sociais.

É evidente que esse processo provoca/agrava o perverso círculo vicioso de acumulação de capital, concentração e centralização de poder, riqueza e informação – saber científico e tecnológico, com reflexos negativos no crescimento da demanda agregada e, por conseqüência, redução dos investimentos, da oferta de empregos, assim como

da margem de produção.

Na modernidade, este cenário se agrava no processo de alinhamento dos mercados, também afetado pelo monopólio/prevalência das relações financeiras sobre as demais estruturas econômicas, modos de produção e de apropriação, e suas relações de trocas. Essa priorização das operações financeiras em detrimento das relações produtivas propicia exponencial crescimento da massa de miseráveis, inempregáveis e demais excluídos pelo sistema, com ênfase nas perdas maiores e mais relevantes para a comunidade, explicitadas no esgarçado tecido social e deterioração das relações socioambientais e humanas (culturais, políticas e econômicas). Esse ambiente contribui para a constante proliferação dos exércitos de marginalizados e desesperados, e para o vertiginoso crescimento das legiões de fanáticos e fundamentalistas.

A resposta das elites sociopolíticas incrustadas no poder tem sido apenas endurecer, cada vez mais, a luta contra os grupos radicais, ditos terroristas e subversivos, adotando pseudossoluções com os mesmos métodos violentos e irracionais que alegam combater, sem qualquer autoavaliação crítica, séria e consistente sobre os reais argumentos e causas originais que influenciam os atos, pleitos e supostas reivindicações desses *marginalizados*.

Estruturas de Domínio e Poder – Neste ponto, convém ressaltar que a distinção entre os Domínios Econômico, Político e Cultural é um mero exercício didático para melhor compreensão dos aspectos que envolvem as relações sociais. Suas estruturas de poder e domínio se derivam das próprias relações interpessoais, condicionadas ao modo como se entende a influência de cada uma das tomadas de decisões individuais ou coletivas. Vale dizer, para otimizar o exercício de PODER, independente de suas formas e tipos aparentes, serão sempre utilizados todos os métodos e artifícios compatíveis com os papéis e atitudes assumidos pelos agentes dessas funções – DOMINANTE e DOMINADO.

Em síntese, a forma cultural de domínio é a

estratégia mais completa e eficiente de exercer o poder impondo suas vontades, ideias, padrões e planos, com todos os argumentos lógicos do conhecer/saber, comuns às demais formas de domínio sociais, contando ainda com a indolência e contribuição, consciente ou induzida, do próprio dominado. Portanto, trata-se de uma prática extremamente perversa e eficaz, de difícil reversão pelo dominado, pois consolida os domínios político e econômico. A maior organização, força física, poder institucional ou bélico do dominante, independente do querer/vontade do dominado, associada aos aspectos econômicos, impõe suas intenções, interesses e condições aguçando ainda os desejos e fantasias, aspirações e necessidades materiais, emocionais ou psíquicas do dominado. Assim, as dificuldades de reação cedem lugar à sua submissão e aceitação passiva, convencido dos motivos e argumentos/alegações, objetos e ferramentas adotados pelo dominador passando a concordar e, até mesmo, a colaborar com as razões, teses e ações por ele impostas.

Para melhor refletir sobre tais questões e projetar possíveis cenários, torna-se relevante considerar algumas premissas, hipóteses e condições básicas:

(a) Ao maximizar a riqueza individual e otimizar resultados financeiros, a qualquer custo, a eficiência capitalista (não sua eficácia) se torna, ao mesmo tempo, a maior propulsora do incremento produtivo (PIB), mas também altamente desagregadora e predatória em seu modo de apropriar-se, face à *sua própria lógica competitiva*. (Ex: aumento crescente de excluídos sociais e desastres ambientais);

(b) Dois fatores, em princípio, bastante positivos resultam em verdadeiro caos para a sociedade moderna: i) a forma acirrada de competição amplia, cada vez mais, a evolução tecnológica, os inventos e todas as formas de automação técnica, onde o homem cria seu próprio substituto na força de trabalho, com drástica redução dos setores e postos de atividades repetitivas e de DEMANDA por mão de obra intensiva

e, até mesmo, altamente qualificada; ii) a espetacular evolução científica reduz, a cada dia, os índices de mortalidade com incremento nas taxas de longevidade e sobrevida humana, expandindo, ainda mais, a OFERTA de recursos humanos e mão de obra no mercado de trabalho, além de onerar, sobremaneira, o custeio da seguridade social – saúde, previdência e assistência social;

(c) A conjugação desses dois processos (“a” e “b”) acelera o crescimento da massa de desempregados, miseráveis e demais excluídos pelo Sistema, propiciando assim a rápida proliferação da violência e da criminalidade tornando-se, ao lado da deterioração ambiental, um dos maiores pesadelos e desafios para as comunidades científicas e poderes políticos universais;

(d) Os estados modernos, corrompidos e degradados, de forma proposital ou não, se tornam inteiramente impotentes para amparar esses *refugiados de guerra*, marginalizados pelo mercado, e que a ONU contabiliza em *cerca de um bilhão de excluídos sociais dependentes (quase 17% da população mundial), entre miseráveis, desempregados, mendigos, tribais etc.*

(e) Nesse contexto, observe-se ainda a crescente expansão de significativa parcela das elites privilegiadas formando suas próprias milícias, seguranças e proteções particulares, e do crime organizado em áreas de periferia urbana e populações mais carentes, desprezando-se os princípios básicos de nação/estado, em face da própria omissão/conivência de seus agentes.

Na verdade, o fracasso das elites sociais na definição e condução de suas estratégias político-econômicas, incapazes de reverter os benefícios do avanço tecnológico para a comunidade com justiça e equilíbrio socioambientais, impede que, no longo prazo, o MODELO seja viável e autossustentável. Esses fatos depreciam rapidamente os recursos

humanos das empresas, a ponto de se tornarem obsoletos e, por vezes, até mesmo desnecessários, criando seu próprio substituto com o acelerado processo de automação. Isto é, o homem cria opções para sua força de trabalho que, como qualquer bem abundante, se torna insumo depreciável e descartável, em especial ao final de sua vida útil, como ocorria nas fases de exaustão dos períodos coloniais escravistas (*Lei dos Sexagenários*).

A propósito, e não por acaso, convém observar que os próprios empreendedores trocam sua nobre função de investidor na geração de bens pelo mero papel de aplicador financeiro tornando as empresas um *grande negócio* para os *rentistas* e exploradores. Assim, desprezam os objetivos de otimizar sua produtividade e prosperidade futura para priorizar os ganhos especulativos imediatos e fáceis, como mercadores e negociadores eficazes e assim como os *coronéis rurais* deram lugar aos *capitães de indústria*, estes cedem a vez aos *rentistas* – atuais arquitetos de estratégias financeiras voláteis.

Como só e acontece, esse cenário transformaria, rapidamente, cada empresa apenas num *sítio de exclusivo domínio do capital financeiro*, proliferando as operações voláteis de alto risco e curto prazo, em prejuízo do *chão de fábrica* e de gerar bens e serviços, com reflexos negativos em toda a comunidade mundial.

As Razões dos Altos Lucros de Nossas Instituições Financeiras – Por outro lado, em nosso mercado interno, esse monopólio das operações financeiras se mostra ainda mais perverso e cruel, pois conta também com o apoio/respaldo da própria mídia, omissão/conivência das autoridades, todos empenhados em adular e defender os interesses de seus maiores anunciantes, contribuintes e patrocinadores de campanhas. O atual processo de prevalência das relações financeiras sobre os modos e estruturas de produção subverte as prioridades e valores nas trocas econômicas (inclusive mercantis) favorecendo, sobremaneira, os cofres e resultados das instituições bancárias. Embora essas entidades

sejam vistas até mesmo como “*função de interesse social*”, no mais das vezes, sua atuação efetiva não condiz com esse importante papel.

Nesse contexto, observe-se que várias entidades classistas da indústria e do comércio promovem, na mídia, justas campanhas contra o excesso de tributos que oneram os contribuintes, inclusive embutidos nos produtos e serviços. No entanto, o mesmo não ocorre quando se trata de esclarecer os absurdos das massacrantes taxas de juros cobradas dos consumidores nas trocas comerciais que camuflam seus financiamentos e encargos de juros, sob a complacência do poder público.

Ora, se os preços dos bens e serviços, pagos à vista ou a prazo, são iguais, é evidente que, mesmo sem parcelar a compra/dívida, “*todos pagam o preço a prazo com os juros já embutidos*” (inclusive quem paga à vista), além das taxas já pagas por comerciantes e portadores dos cartões de crédito, às suas operadoras, além das taxas de anuidade (mesmo sem parcelar suas dívidas).

Parece óbvio que, se um produto pode ser pago à vista, em 12 ou em 24 meses pelo mesmo valor, fica claro que o seu preço está onerado de juros para 24 meses, lesando todos que pagam à vista ou em menor prazo, tornando compulsório seu financiamento (existe apenas a opção de se pagar à vista, mas pelo mesmo preço do maior prazo). Isso vale também para todos os produtos do comércio, que os clientes podem “*parcelar em x meses, no cartão ou cheque pré-datado, sem acréscimo de juros*”.

Esses artifícios e propaganda enganosa burlam o direito do consumidor, mas são permitidos e até acobertados/apoiados pela mídia, com a omissão das próprias autoridades (PROCON/Ministério Público e outros).

De fato, não é razoável admitir qualquer venda/oferta de produto, aceitando-se receber seu preço/valor atual, em prazo igual ou maior que 30 dias, sem acrescentar juros. Seria passar um atestado de ignorância/incompetência ao desavisado consumidor e de concordância/omissão das autoridades e da própria mídia, mais interessados

nas partes que lhe cabem nesse latifúndio.

Assim, em razão desse Monopólio Financeiro, nossas trocas comerciais se tornam verdadeiras armadilhas que ocultam os encargos cobrados, impedem o consumidor de distinguir e comparar os preços à vista/a prazo visando conhecer as taxas de juros cobradas, avaliar seus valores e, o mais importante, optar ou “barganhar” entre pagar à vista ou arcar com o ônus financeiro dos juros.

Na verdade, alguns críticos mais contundentes alegam que essas inconsistências e discrepâncias financeiras são as principais causas da origem/agravamento das recentes crises e abalos econômicos. A rigor, costuma-se até mesmo vincular diversos fatores/motivos reais para agregar ganhos a essas instituições bancárias, reforçando ainda mais seus fabulosos lucros, tais como: (a) seus “spreads” operacionais são altíssimos (altas taxas de juros/aplicação – taxas de captação baixíssimas); (b) não repassam parte dos ganhos tecnológicos para seus colaboradores e clientes; (c) suas altas tarifas superam, em muito, os custos operacionais/de gestão; (d) os riscos econômicos institucionais são garantidos pelo sistema/estado (BACEN); (e) ganham com a economia em crescimento ou mesmo nas crises; (f) contam com incentivos/aportes públicos, inclusive para sanar déficits. Tudo isso acaba por legitimar o dito popular: “*Bancos não têm parceiros, mas apenas interesses*”.

No cenário mundial, é evidente que estes fatos somente poderiam desaguar nos constantes e drásticos abalos econômicos vivenciados pelos mercados globais nas décadas recentes, culminando com as violentas crises de solvência financeira experimentadas, nos últimos anos, pelos chamados “*modernos países desenvolvidos*”, com maior ênfase na Europa e EUA.

Assim, numa versão contemporânea do *capitalismo selvagem*, as *lutas de classes*, há séculos profetizadas por **Engels** e **Marx**, seriam até menos agressivas e impiedosas do que a autofagia produzida pelo próprio *mérito* desse realinhamento dos mercados, considerado por alguns estudiosos da evolução socioeconômica

mundial como *O Fracasso do Sucesso*.

2 SELEÇÃO NATURAL NA MODERNIDADE

Convém ressaltar que a evolução tecnológica tem proporcionado substanciais ganhos de qualidade e produtividade, com recordes de produção cada vez maiores afastando, de vez, o fantasma da escassez na oferta de bens e serviços, pelo menos até a exaustão dos recursos naturais já conhecidos, projetados ou previsíveis. Este cenário contrasta com a incompetência das elites sociais em otimizar as estratégias autossustentáveis de geração e distribuição do produto compatíveis com esse avanço científico e sua eficácia ambientalista. A rigor, apenas pequena parte dos mais de 6(seis) bilhões de habitantes do planeta dispõe de renda suficiente ao usufruto adequado desses bens para uma vida razoavelmente digna e saudável, o que tende a gerar inconsistência no Sistema por incapacidade de demanda (apesar da alta necessidade de consumo).

No limite, tais questões inviabilizam a própria lógica do liberalismo econômico individual e absoluto “*laissez-faire*”, ou apontam para opções estratégicas extremas: 1) “*Políticas de Inclusão* - reincorporar os excluídos sociais ao mercado de consumo, ou 2) “*Políticas de Exclusão*” – tornar o MODELO equilibrado e estável eliminando-se esses excluídos – filosofia da **seleção natural** de Darwin, própria da cadeia alimentar do reino animal, em que “só os fortes sobrevivem”.

Este dilema real, ao lado da autossustentação ambiental, talvez seja o maior desafio da humanidade, nos últimos tempos, sem que se tenha, até o momento, propostas concretas e viáveis de soluções coerentes e consistentes, justas e éticas, vale dizer:

(1) *Políticas de Inclusão ao Mercado* - uma sugestão estrutural socialista seria equilibrar o sistema tributando, ainda mais, os agentes econômicos superavitários para criar “*ocupações ou funções fictícias*” e redistribuir essa renda reincorporando os excluídos ao mercado de consumo (demanda) dos

bens e serviços gerados pelo crescente aumento de produtividade.

A fragilidade atual dos estados inviabilizaria esta opção e, ainda que possível, seria apenas um paliativo provisório, pois no longo prazo tornaria o MODELO inconsistente pela saturação em tributar agentes com rendas disponíveis para subsidiar os deficitários, além de representar um elemento inibidor ao esforço produtivo e empreendedorismo, conforme a filosofia liberal;

(2) *As Estratégias de Exclusão* – como solução capitalista, levariam à “*seleção natural*” e ELIMINAÇÃO, consciente ou não, dos marginalizados pelo mercado, como os esquimós com seus idosos incapazes de gerar sua fonte de sobrevivência (veja a sátira do “*dia do arremesso*”, no seriado de TV: *A Família Dinossauro*, onde os idosos são lançados no poço de piche, por não terem condições de acompanhar o bando ou garantir sua própria renda ou sobrevida, imagem antagônica à da *piscina de moedas do tio Patinhas*).

De certa forma, esse processo evolui célere, de forma clara ou velada, consentida ou não, com extermínios/esterilizações em populações carentes e de periferias urbanas, massacres/genocídios de tribos, e execução de infratores e marginais, além da prática de políticas elitistas excludentes, sob alegação de *reforma do estado* ou “*reengenharia econômica*” das empresas, quase sempre, restrita apenas a eliminações ou reduções de postos de trabalho e de benefícios sociais complementares.

A inserção dos excluídos no mercado de demanda constitui um dos maiores desafios da comunidade científica internacional com recentes abordagens na mídia brasileira – artigo *INGLÊS VÊ FUTURO COM PESSIMISMO*, de Nelson Franco Jobim, no *Jornal do Brasil*, inclusive com referências a trabalhos divulgados na Europa (Paris e Londres), onde analistas assumiam semelhantes posições e preocupações. Em especial, o professor inglês Jam Angele que vê “*o futuro do mundo sombrio, com hordas de marginalizados aterrorizando as grandes cidades*”,

como ocorria nas civilizações antigas, até o advento dos estados e nações na forma atual. Assim, jamais estivemos tão próximos dessa *perfeição*, o que nos leva a concordar com o *jornalista Simon Hoggart* que, durante um congresso sobre o tema, concluiu: “O FUTURO FEDE”.

3 EXPERIMENTOS E REFLEXÕES PRELIMINARES

De há muito, algumas pesquisas e estudos científicos da FAF/UERJ procuram analisar e debater questões relativas à globalização e alinhamento dos mercados, face à evolução tecnológica e suas consequências socioambientais e econômicas, a médio e longo prazo, em especial o monopólio das relações financeiras ante as estruturas de produção e de apropriação. Esses trabalhos, consolidados nos *Cadernos de Estudos em Finanças, da FAF*, oferecem bibliografias, trabalhos e fontes de consultas capazes de compor instrumentos e ferramentas para melhor avaliar as principais distorções dessas relações internas e externas, suas causas e consequências e, inclusive, buscar eventuais sugestões e propostas para minimizar ou resolver tais questões.

Dentre esses debates vale ressaltar os fóruns de discussões e trabalhos acadêmicos com ênfase em teses, monografias e outros ensaios e citações adaptadas, além de obras dos saudosos e eminentes pró-cientistas/pesquisadores do CNPq, *Professores Luiz Sergio C. Sampaio e Miguel Dirceu F. Tavares*. Nesse sentido, foram desenvolvidas importantes abordagens sobre a efetiva viabilidade, coerência e questões relevantes desses modelos abertos e suas principais consequências, em particular nas economias emergentes como a brasileira, podendo tornar o real exercício da democracia, apenas tema hipotético, improvável ou sem consistência, restrito aos debates e palanques eleitorais.

Entendemos que os melhores resultados das estratégias vencedoras nas políticas públicas, invariavelmente, devem otimizar questões fundamentais como: (i) *enfrentar o dilema entre priorizar ganhos financeiros imediatos ou investir*

na prosperidade patrimonial de longo prazo das empresas; (ii) buscar formas justas e eficazes de apropriar o produto/renda entre seus agentes, e (iii) resgatar as dívidas internas de eventuais perdas de benefícios sociais.

No entanto, as correntes radicais de todos os matizes procuram sempre creditar as causas originais dos problemas que provocam as grandes crises das nações emergentes a uma conspiração maquiavélica premeditada e sistemática gerada por orientação macabra de inspiração subversiva – de esquerda, ou por manobras de organismos conservadores e elites de domínio político-econômico internacional – de centro/direita. Entre nós, este também tem sido o pano de fundo das lutas de classes e disputas em torno dessas questões críticas, sem que as elites sociais e políticas busquem uma radiografia adequada e séria com diagnóstico completo de suas reais causas e perspectivas de soluções.

Parece óbvio que para viabilizar a prosperidade e bem-estar social torna-se vital desenvolver MODELOS lógicos consistentes e coerentes com as realidades histórico-culturais, políticas e econômicas do grupo, com reflexões sérias e objetivas de suas premissas para o pleno exercício da cidadania, a saber:

– Como praticar regras justas e estáveis de repartição da “caça” (renda ou produto da “caçada”), entre os participantes do processo ou para toda a “tribo” ?

– O pragmatismo liberal deve optar entre o dilema de priorizar o lucro e competição, ou oferecer a todos oportunidades semelhantes, condições e chances iguais para competir. O desenvolvimento econômico deve visar a acumulação da riqueza individual ou a prosperidade e bem-estar coletivos?

– Se a População Economicamente Ativa – PEA não inclui crianças e jovens, idosos e deficientes/inválidos, quem deve mantê-los, os próprios excluídos, seus *responsáveis diretos* ou toda a sociedade? Para crianças e jovens, diversos fatores e interesses econômicos induzem à decisão pragmática de investir no retorno futuro esperado o que, a rigor, não se aplica aos idosos e demais excluídos. Assim, deve a

sociedade investir para mantê-los ou abandoná-los *no vale dos dinossauros* lançando-os no *poço de piche*?

– As empresas devem maximizar o lucro financeiro, a qualquer custo, ou gerar produtos e ganhos aos seus participantes – assim entendido, todos aqueles que têm algum tipo de relação direta com o empreendimento ou apenas seus aplicadores financeiros e controladores?

Plano Individual e Coletivo das Estruturas Sociais – Em suas *Teoria das Objetividades* e *Teoria das Subjetividades*, o mestre Sampaio demonstrava, com incrível sutileza e simplicidade, esses aspectos subjetivos e objetivos dos planos da estrutura social, representados pelo conjunto das relações Socioculturais, Sociopolíticas e Socioeconômicas entendidas como as respectivas *estruturas do Conhecer, da Ordem ou Poder, e do Concretizar/Realizar*. Essas teses ressaltam as questões mais intrigantes do universo, afetas às origens e finitude dos seres, e condicionadas pelo conhecimento cada vez mais profundo de seus aspectos e limitações, e pelas ações experimentais capazes de revelar suas reações de causa e efeito, também chamadas *Relações Sujeito/Objeto [S/O]*.

A combinação dessas relações permite entender os processos de aprendizagem e evolução cultural – *PODER/SABER (Teoria do Conhecimento)*; de evolução técnica e novas descobertas/invenções – *SABER/FAZER (Ciência & Tecnologia)* e de produção ou concretização objetiva dos insumos – *PODER/FAZER (Empreendedorismo)*. Na verdade, a evolução dos seres se reflete na própria história do universo ou do conjunto de relações internas e externas a cada um deles. Logo, se no Plano Individual prevalecem os aspectos comuns a cada “*SER*”, distinguindo suas formas e tipos para compor seus grupos, espécies e famílias, no Plano Coletivo – dois ou mais seres em conjunto, *as Estruturas ou Relações* são os fatores determinantes de suas funções e processos de geração e transformação, relações essas classificadas em: (a) *Naturais/Originais [R = N x N]*

(tratadas pelas Ciências Naturais: Biologia, Física, Química etc.); (b) *Sociais/Humanas [R = H x H]*, interações e atos entre pessoas/indivíduos – os próprios pinos/conexões dessas estruturas (objeto das Ciências Sociais: Filosofia, Psicologia, Sociologia etc.), como os diferentes *papéis* de cada personagem, em funções/peças teatrais representadas ao longo de suas vidas, e (c) *Socioeconômicas [R = H x N]* ou Atividades Econômicas, que representam as interações do “*SER*” *Humano* com qualquer outro “*SER*” *Natural* para modificar os ciclos originais daquelas relações primitivas e adequar os processos de geração ou transformação aos seus interesses, desejos e necessidades. Ou seja, atividade-meio do Homem, interferindo na Natureza para gerar bens e serviços.

É evidente que essa filosofia de atuação cria um processo autofágico nas relações humanas que privilegia e aprimora, ainda mais, a estrutura de concentração da renda reforçando a fatídica *Teoria do favor*, “a hierarquia de poder e domínio pela relação de dependência entre aqueles que vivem de favores”, isto é aqueles que TÊM e aqueles que NÃO TÊM, com todos os tipos de distorções no trato das questões sociais e da coisa pública, muito bem retratada pelo *sociólogo Roberto Schwarz*, em sua obra *Ao Vencedor, as Batatas*.

Por outro lado, vale ressaltar o papel dos encargos e contribuições sociais como investimentos no bem-estar ou renda suplementar dos assalariados, bem assim das empresas modernas que adotam modelos intimamente comprometidos com a sociedade, suas causas e efeitos de responsabilidade social e mútua solidariedade, além da visão bem mais abrangente em seus resultados e que envolvem também o balanço socioambiental das organizações, com as expectativas do retorno esperado e perspectivas futuras de sua autossustentação contribuindo para riqueza e prosperidade da própria empresa e de todos.

Ao priorizar, em termos quase absolutos, os interesses individuais sobre as relações coletivas mútuas e solidárias, a ponto de pôr em dúvida o papel do *ser humano* neste planeta, criamos ou reforçamos nossos próprios dilemas existenciais, correndo sério

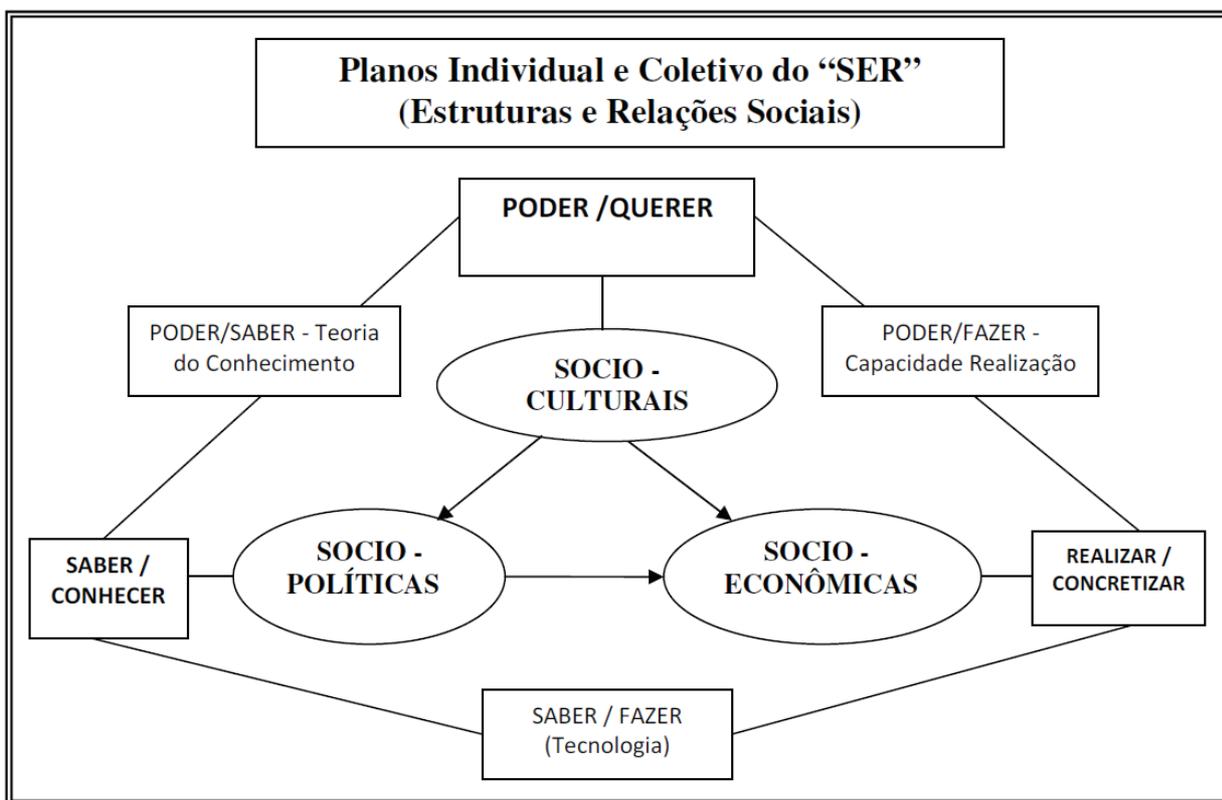
risco de transformar os bens/recursos universais em simples e mera questão de *valores de mercado*. A ilustração a seguir representa esses aspectos e funções nos Planos Individual e Coletivo das Estruturas Sociais.

NOSSO PAPEL MAIS NOBRE NESTE MUNDO SERIA APENAS MERCADEJAR?

Desses fóruns de debates podem ser extraídas sugestões para promover a geração de ações afirmativas capazes de minimizar os efeitos negativos de questões apontadas neste trabalho, destacando-se

algumas ideias originais preliminares do Prof. Miguel Tavares e de outros pesquisadores:

- (1) *“Incentivo e controle para aprimorar a estrutura de capital das empresas – prioridade e estímulo aos investimentos produtivos efetivos, em detrimento de incentivos a determinadas aplicações financeiras descoladas do processo de produção/apropriação;*
- (2) *melhores práticas de governança corporativa com a criação de Conselho Consultivo para o Sistema Financeiro Nacional e a efetiva participação de técnicos pesquisadores do mercado, independentes e autônomos;*
- (3) *melhores práticas*



de governança corporativa com maior transparência e participação dos contribuintes, trabalhadores/assalariados, com poder decisório ou influência efetiva nos Conselhos de Gestão da Seguridade Social, Ministério Público e outros (FAT, PIS/PASEP, FGTS, FINSOCIAL); (4) maior estabilidade e independência do Banco Central e da CVM; (5) criação de fórum permanente e independente para debates e pesquisas, como referência, sobre Gestão

em Responsabilidade Socioambiental e Governança Corporativa, e (6) Ensaio de Novo MODELO DE SEGUROS SOCIAIS – Proposta Alternativa [Sistema Público/Renda Básica de Bem-Estar Social (valor único), para idosos e deficientes dependentes; Sistema Privado Complementar (Coletivo x contribuições, vinculado ao mercado de trabalho) e Privado Suplementar (Individual/Particular ou Pessoal)].”

A rigor, é absolutamente impossível enfrentar essas questões sem um real compromisso com princípios éticos, seriedade e competência para traçar e conduzir políticas públicas de qualidade, efetivas e sérias, atreladas aos reais direitos de cidadania e a responsabilidades socioambientais, pois a ausência desses requisitos inviabiliza qualquer projeto coletivo consistente e eficaz.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

* Professor da Faculdade de Administração e Finanças da UERJ/
Presidente da ASASTEL.

CASTRO, Antônio Barros de e LESSA, Carlos F. *Introdução à Economia – Uma Abordagem Estruturalista*. 17ª Edição. Rio de Janeiro: FORENSE-UNIVERSITÁRIA, 1977. 163p.

LEVI, Bárbara. *História das Finanças no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. IBMEC, 1973. 240p.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro – Produtos e Serviços*. São Paulo: QUALITYMARK, 1998. 258p.

PAULANI, Leda Maria e BRAGA, Márcio Bobik. *A Nova Contabilidade Social*. SARAIVA, 2000. 297p.

SAMPAIO, Luiz Sergio Coelho de. *Mercado de Capitais e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1971. 185p.

_____. *Teoria das Objetividades*. Rio de Janeiro: EMBRATEL, 1979. 178p.

_____. *Teoria das Subjetividades*. Rio de Janeiro: EMBRATEL, 1980. 165p.

_____. *Informática e Cultura*. Rio de Janeiro: EMBRATEL, 1984. 83p.

TAVARES, Maria da Conceição. *Ensaio sobre Economia Brasileira – Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES. 1982. 263 p.

TAVARES, Miguel Dirceu Fonseca. *Análise de Investimentos*. Rio de Janeiro: Ed. CODIMEC/BVRJ, 1989. 285 p.

_____. “Estudos e Notas Técnicas de Finanças”. In: *Cadernos e Estudos de Finanças – FAF/ UERJ*. Rio de Janeiro: 1º Sem. 1992 e 2º Sem. 1996.

SOUZA, José Francisco de. *Previdência e Cidadania – A Função Social dos Fundos de Pensão*. Rio de Janeiro: (Fase de Edição).

_____. “Emprego e Cidadania”. *Revista Decidir*. Rio de Janeiro: Jul. 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.